

Dúvida sobre atitude dos pequenos bancos

Os bancos credores do Brasil mais importantes não tomarão nenhuma medida para executar os créditos comerciais e interbancários, no valor de US\$ 15 bilhões, que vencem hoje, afirmou ontem à UPI um integrante do comitê de assessoramento dos bancos.

De qualquer forma, os representantes das grandes instituições aguardam a atitude — até agora desconhecida — dos bancos de pequeno e médio porte, acrescentou o banqueiro.

Hoje expira o prazo dos empréstimos comerciais de US\$ 10 bilhões concedidos sob o chamado projeto 3, e outros créditos interbancários de US\$ 5 bilhões, obtidos sob o projeto 4, dos pacotes financeiros negociados pelo Brasil.

Esses créditos de curto prazo, vitais para as exportações brasileiras, vinham se renovando automaticamente a cada noventa dias, porém se criou uma expectativa sobre sua prorrogação por causa da crise cambial do Brasil, que decretou uma moratória unilateral do pagamento de juros relativos aos créditos dos bancos privados, em fevereiro passado.

"O diálogo que mantivemos na semana passada em Miami (com Francisco Gros, presidente do Banco Central do Brasil) foi conciliatório e lá nos pediram uma extensão dos créditos por sessenta dias", afirmou o banqueiro, ressaltando que o pedido foi repassado a todos os bancos credores numa mensagem de telex.

CRÉDITOS MANTIDOS

"Creio que os grandes bancos manterão a posição. Não se tomou nenhuma decisão de cortar os créditos", afirmou o infor-

mante, que qualificou a medida de prorrogação "extra-oficial", já que no dia 31 vence o prazo — legal.

Mas ele enfatizou que resta saber qual será o posicionamento dos bancos credores pequenos e médios, "que podem decidir aplicar um pouco de pressão e isso causa ansiedade".

A pressão significaria não renovar os créditos e reclamar o pagamento.

"Os primeiros a saber da decisão dos pequenos bancos são os bancos privados brasileiros em todo o mundo, que tomaram esses créditos. Os bancos brasileiros tentam manter esses créditos e suponho que negociarão com os banqueiros que lhes exigiram o pagamento", acrescentou o informante do comitê de assessoramento dos bancos credores à agência UPI.

Segundo ele, que pediu para não ser identificado, a ampliação informal pode ser completada mediante o pagamento de uma comissão equivalente a um oitavo de ponto sobre o valor do empréstimo.

A dívida externa do Brasil totaliza US\$ 108 bilhões e os banqueiros estão dispostos a discutir a reestruturação dos compromissos, porém desejam que o Brasil apresente, primeiro, um plano econômico para servir de base nas negociações.

Ainda assim restaria um outro problema, já que os bancos normalmente requerem um sinal positivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre os planos econômicos, como condição prévia para as negociações. O governo do Brasil, entretanto, insiste em que não admite submeter-se ao crivo do FMI.